

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : F SP

CLASS. : 212

DATA : 16 08 87

Severo Gomes

Cronologia de uma conspiração

"Conspiração contra o Brasil" foi o título de uma série de reportagens de "O Estado de S. Paulo", iniciada no domingo passado.

Um leitor desavisado poderia entender nesse cabeçalho de primeira página uma mudança de 180° na linha editorial do jornal. No corpo da matéria, as palavras de ordem de defesa da soberania, ameaças do imperialismo e interesses dos países industrializados capitalistas confundem os leitores acostumados exatamente ao contrário.

O imperialismo estaria agindo por meio da Igreja, que domesticaria os povos indígenas, contra o interesse da nação brasileira, na "conspiração contra o Brasil".

Os leitores não são bobos. Podem estar confusos com a metamorfose, e aqui faremos um exercício de esclarecimentos.

As populações indígenas ocupam hoje o território que lhes sobrou do avanço dos brancos e do genocídio inaugurado há mais de quatro séculos. Foram comprimidos na fronteira do Norte. Ocorre que o subsolo dessas terras é rico em minérios preciosos, entre eles o ouro — esse metal de serventia cada vez menor na odontologia — mas que tem a molécula mais carregada de sangue na história do homem.

Aqui começo a cronologia acima mencionada:

1) No trabalho inicial das subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte foi aprovado o preceito de que a mineração nas terras indígenas só poderia ser realizado com aprovação do Congresso e por empresa pública (conspiração contra o Brasil?). Com isso o legislador abriu espaço à exploração de minérios essenciais no nosso desenvolvimento, mas através do Estado, obrigando a uma política indigenista que preservasse a vida física e cultural dos povos atingidos.

Providência de elementar decência aos olhos daqueles que não aceitam a "solução final" dos povos indígenas, desta feita baseada na iniciativa privada.

2) Foi o quanto bastou para que as mineradoras enlouquecessem. Tramaram, corromperam, subornaram e conseguiram registrar direitos de pesquisa em territórios indígenas para criar o fato consumado. O "Jornal do Brasil" de 1º de julho noticiou: "Portaria da Funar, de DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral — mantida em sigilo até agora, abriu as áreas indígenas à exploração das empresas mineradoras desde 18 de maio deste ano".

3) Aconteceu o inacreditável às pessoas que não acreditam na decência: o ministro Aureliano Chaves, no dia seguinte à notícia, reuniu a imprensa e anunciou "a suspensão da concessão de alvarás de pesquisa mineral em terras indígenas e a anulação dos já concedidos". "...em face da orientação do próprio presidente da República".

4) Se a lei, o presidente da República e a opinião pública eram um obstáculo à cupidez, só restava o último e clássico caminho: O Plano Cohen da mineração. A força da mentira e da calúnia.

De uma coisa não tenhamos dúvidas. Com esta campanha e mais o encarte semanal dos "contras" da Nicarágua — pasme — o supracitado jornal distribuirá dividendos.